



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0180/10	DATA: 17/03/2010
INÍCIO: 15h09min	TÉRMINO: 16h45min	DURAÇÃO: 01h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h36min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NILCÉA FREIRE – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

SUMÁRIO: Esclarecimentos acerca de futura contratação, por parte da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, de instituto ou fundação para a realização de pesquisas durante a campanha eleitoral.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Declaro abertos os trabalhos desta 4ª reunião extraordinária de audiência pública, objeto do Requerimento nº 300, de 2010, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, aqui presente, destinada a obter esclarecimentos acerca de futura contratação, por parte da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, de instituto ou fundação para a realização de pesquisas durante a campanha eleitoral.

Convido a Sra. Ministra Nilcéa Freire para tomar assento à mesa.

Lembro que a Ministra é carioca, portanto, deveria estar hoje no Rio de Janeiro para lutar pelo Estado em manifestação convocada pelo nosso Governador. No entanto, consta de seus deveres de Ministra estar aqui presente. Há pouco S.Exa. me dizia: *“Eu deveria estar lá”*. Mas a responsabilidade diz que tem de estar aqui. Porém, sua ausência seria até justificável. Nesta Comissão, pelo menos 50% dos membros são do Estado do Rio de Janeiro, e a maioria não está presente porque foi para o Rio de Janeiro.

Esta audiência pública destinada-se a obter esclarecimentos por parte da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres acerca da futura contratação de instituto ou fundação para a realização de pesquisas durante a campanha eleitoral.

A Mesa está composta.

Antes de iniciar a exposição, quero fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno desta Casa. O tempo reservado para a convidada é de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser apartada. Cada Deputado inscrito para interpelar a convidada poderá fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição por 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder. São facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. É vedado ao orador interpelar qualquer um dos presentes.

Passo a palavra à querida Ministra Nilcéa Freira.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Boa tarde.

Sr. Presidente, demais Deputados presentes, assessoras e assessores, em primeiro lugar, queria agradecer o convite formulado pelo nobre Deputado aqui presente porque enseja a oportunidade de divulgarmos mais uma das iniciativas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no sentido de cumprir com a missão definida na legislação referente à criação da Secretaria, qual seja a de

[P1] Comentário: Sessão:0180/10 Quarto
Taq.:Luciene Fleury Rev.:



viabilizar que neste País homens e mulheres desfrutem de direitos iguais, de fazer o seguimento dos acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário e de tratar da reformulação da legislação pertinente às mulheres no que for do interesse das mulheres, pela melhoria de sua qualidade de vida.

Para aqueles que não estão informados, faço um histórico. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres fez 2 Conferências Nacionais, uma em 2004 e outra em 2007, sobre políticas para as mulheres, seguindo uma metodologia de participação social definida desde o início do Governo Lula. Nessas conferências, levantamos diretrizes e princípios da Política Nacional para as Mulheres.

Em 2004, essas diretrizes ensejaram o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Em 2007, a conferência teve 2 objetivos centrais. O primeiro objetivo era avaliar a implementação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

É importante destacar que a Secretaria formulou um plano a partir das diretrizes e princípios da primeira conferência.

Esse plano foi lançado no mesmo ano da conferência. Foi um trabalho árduo, exaustivo, sério e competente. A partir de janeiro de 2005, portanto, o plano foi implementado.

Já em 2007, convocamos a sociedade representada pelas mulheres para avaliar o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O segundo objetivo da conferência era discutir, em 2007, um tema que preocupa a sociedade brasileira, que coloca a democracia brasileira em déficit. Trata-se da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Lamentavelmente, o Brasil ocupa um lugar vergonhoso no *ranking* mundial no quesito participação de mulheres nos espaços de poder. Dos nossos países vizinhos na América Latina, por exemplo, a Argentina ostenta uma participação feminina no Congresso Nacional, que também é bicameral, como no Brasil, de cerca de 40%. Outros países latino-americanos ostentam índices diferentes dos do Brasil.

Na Câmara Federal, há apenas 8% de mulheres. No Senado, são cerca de 10%. A situação não é muito diferente nas Assembleias Legislativas nem nas Câmaras de Vereadores.

[P2] Comentário: Sessão:0180/10 Quarto
Taq.:Luciene Fleury Rev.:



Por isso, a Secretaria e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher propuseram como um dos temas centrais da II Conferência a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Essa não é uma questão apenas das mulheres, refere-se à democracia brasileira, que só se completará no dia em que houver, nesta e em outras Casas, representantes em número representativo da distribuição demográfica brasileira.

Na Conferência, portanto, foram feitas deliberações que motivaram a mudança e acréscimos no I Plano Nacional. Hoje está em plena implementação o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em que há um capítulo inteiramente dedicado a este tema: políticas e iniciativas que visem à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Ao longo desses últimos anos, várias iniciativas foram tomadas no sentido de dar cumprimento às deliberações da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Ainda antes da II Conferência, a Secretaria apoiou a criação e apoia o funcionamento do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. Temos muito orgulho e muita honra de dizer que esse fórum conta com a participação de 16 partidos políticos. É um fórum suprapartidário. Dele participam o Democratas Mulher, o PSDB Mulher, o PMDB Mulher, a Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, a Secretaria de Mulheres do Partido Comunista do Brasil, o Partido Verde, o PPS. Enfim, todos os partidos de todo espectro ideológico ou partidário participam dessa instância que tem compartilhado conosco diferentes ações.

Essa foi uma iniciativa importante ainda em 2007, que, em 2008, possibilitou que lançássemos, em conjunto — Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, apoiado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos —, a campanha Mulheres no Poder — Eu assumo esse compromisso!

Foi lançado um *site* interativo. Convido a todos e a todas para visitar o nosso *site* www.maismulheresnopoderbrasil.com.br, a fim de que possam compartilhar conosco das suas percepções sobre esse tema. Poderão informar-se sobre



estatísticas, percentuais da presença de mulheres nos governos, nos tribunais, em empresas, enfim, no mundo, na sociedade brasileira.

No mesmo ano, lançamos uma plataforma suprapartidária que oferecemos a todos os candidatos e candidatas dos partidos políticos a cargos majoritários, de Prefeito, ao cargo de Vereador.

Esse fórum vem funcionando desde então. Em março de 2009, fizemos o lançamento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero — vejo, com alegria, que a Deputada Rebecca Garcia está folheando o relatório do primeiro ano de funcionamento do Observatório. Lançamos as políticas, também temos prazos, e os cumprimos. Um ano depois, temos um relatório completo da atividade do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que teve, no seu primeiro ano, o acompanhamento do tema *Mulheres, poder e política*.

Quanto a iniciativas ligadas a esse tema, instituímos, em março de 2009, logo depois do 8 de Março, uma comissão tripartite para discutir a legislação eleitoral no que se refere a cotas para mulheres nas eleições e para, minimamente, garantir que os 30% definidos na legislação fossem garantidos e respeitados nas eleições.

Dessa comissão tripartite participou esta Casa, o Senado, a administração federal e a sociedade civil. A comissão tripartite teve ativa participação na minirreforma eleitoral. Logramos modificações importantes na minirreforma eleitoral. A legislação em vigor difere da anterior no sentido da obrigatoriedade do preenchimento dos 30% de candidaturas, no caso femininas.

A comissão tripartite concluiu um relatório em que se propõe uma série de alterações mais definitivas na legislação eleitoral, de forma a possibilitar a ampliação da participação das mulheres nas nominatas partidárias e nas Casas congressuais do País.

Faço essa introdução para mostrar que o edital em tela não é uma ação isolada. Integra um conjunto de iniciativas que a Secretaria, por missão, por dever e por mandato, tem a obrigação de conduzir. O edital dirige-se a instituições preferencialmente acadêmicas, como o corpo do edital claramente dispõe. Ele não trata de pesquisa eleitoral. Quem leu o edital pode verificar que não se trata de pesquisa eleitoral, e, sim, de pesquisa sobre a percepção e o comportamento do eleitorado e da mídia durante o processo eleitoral.

[P3] Comentário: Sessão:0180/10 Quarto
Ta.:Luciene Fleury Rev.:



A pesquisa é de natureza investigativa, acadêmica, não é uma pesquisa de opinião. Não se trata de pesquisa de opinião. Tanto é assim que os resultados da pesquisa somente serão divulgados — não haverá nenhum resultado parcial divulgado — em um seminário no final de 2010, depois de findo todo o processo eleitoral. A intenção da pesquisa é o acompanhamento de todo o processo e a discussão ao final, para que possamos entender o paradoxo que se constitui na sociedade brasileira entre a baixíssima representatividade e participação das mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisão e a sua efetiva participação política na sociedade.

Temos um movimento de mulheres extremamente vigoroso, que ensejou neste País uma das Constituições mais avançadas. O “lobby do batom”, em 1988, foi consagrado como um dos movimentos que permitiu que a Constituição brasileira seja avançada.

Era essa a exposição que tinha a fazer. Quero concluir dizendo que a Secretaria trabalha — não é algo obrigatório, ela pode escolher discricionariamente os seus parceiros — mediante chamadas públicas e editais todo o tempo, para seleção de projetos a serem apoiados. Também mantemos grande relação com instituições acadêmicas e universitárias. Temos o Programa Mulher e Ciência, em que pesquisas são ampliadas, discutidas. Nós financiamos, com o Conselho Nacional de Pesquisas, editais de pesquisa na temática de gênero, mulheres e feminismos, de maneira que as políticas públicas brasileiras sejam cada vez mais embasadas em indicadores, estudos e dados da realidade.

Não tendo nada mais a acrescentar neste momento, Sr. Presidente, coloco-me à disposição das nobres Deputadas e dos nobres Deputados para responder as perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Obrigado, Ministra Nilcéa Freire.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, lembro à Ministra que fizemos questão de convidar todos — acaba de chegar a Deputada Luiza Erundina, de São Paulo, que nos honra com sua presença —, mas principalmente as

[p4] Comentário: Sessão:0180/10 Quarto
Taq.:Carla Rev.:



mulheres. Só está aqui, porém, a Deputada Rebecca Garcia, e agora chegou a Deputada Luiza Erundina.

Fizemos uma pesquisa para saber por que as mulheres não participam do debate que lhes interessa, que é o das políticas das mulheres. Mas essa é uma questão nossa, interna.

Eu defendo a posição da Secretaria Especial, que tem *status* de Ministério, e também acompanho de perto a questão, mas acho que nos deveríamos interessar um pouco mais pelas nossas políticas.

Sem mais delongas, passa-se ao debate.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, autor do requerimento que propiciou a realização desta audiência pública. S.Exa. dispõe do prazo que entender necessário para alcançar a finalidade do mencionado requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sra. Ministra, a quem agradeço a presença, dando-nos oportunidade de não só esclarecer as ações e políticas em andamento na Secretaria Especial, mas também dialogar um pouco mais conosco sobre as políticas que virão, as ideias e as pretensões do seu Ministério em relação à luta das mulheres.

Aproveito a oportunidade para elogiá-la, pelo seu currículo. É médica e professora universitária. Foi Reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, cargo que exerceu de 2000 a 2003. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo em universidades públicas naquele Estado, um feito extraordinário.

Eu a parabenizo também por ter implantado o sistema de cotas relacionado a alunos provenientes de escolas públicas e a afrodescendentes e por exercer com muita competência o seu trabalho na Secretaria Especial, da qual é titular.

Ao longo da sua gestão, Ministra, mais especificamente em 2008 e 2009, foram anunciadas e feitas pela Secretaria várias pesquisas.

Em 2008, sobre a Lei Maria da Penha, pesquisa IBOPE/Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão. Análise da pesquisa: Fátima Pacheco Jordão.

Em 2009, sobre violência contra a mulher, pesquisa do IBOPE/Instituto Avon. Instituto Patrícia Galvão: planejamento e supervisão da pesquisa. IBOPE

[p5] Comentário: Confirmado. Carla.
themis.org.br/index.php?mod=noticias&act=view

[p6] Comentário: Sessão:0180/10 Quarto
Taq.:Carla Rev.:

[p7] Comentário: Confirmado. Carla.
www.patriciagalvao.org.br/pesquisaibopeavon2009.htm



Inteligência: campo nacional da pesquisa. Perfil urbano Pesquisa & Expressão: análise dos dados.

Em 2009, uma pesquisa mais geral, do IBOPE/Instituto Patrícia Galvão/Cultura Data, com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, realizada de 13 a 17 de fevereiro. Foram 2.002 entrevistas, em 142 municípios de todas as regiões do País.

É evidente que a política estabelecida pela Secretaria Especial se baseia muito em dados concretos, elaborados nessas pesquisas que são realizadas, o que julgo louvável e correto. Mas desejo fazer algumas perguntas relacionadas a isso.

Essas pesquisas foram realizadas por meio de contrato com a própria Secretaria?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - A pesquisa *Percepção e Reações da Sociedade sobre a Violência contra a Mulher* foi contratada pelo Instituto Avon. Nós apenas a divulgamos.

Apoiamos a primeira pesquisa sobre a Lei Maria da Penha — uma lei recente, ainda em implantação — e apoiamos a solicitação apresentada por meio de projeto pelo Instituto Themis, que se dedica a examinar o tema relacionado a violência contra a mulher, assim como o Instituto Patrícia Galvão. Nós apoiamos a realização dessa pesquisa para que pudéssemos avaliar a situação da Lei Maria da Penha. Se não me engano, foi quando ela completou 2 anos de existência.

Foi muito bom até que o Instituto Avon tenha resolvido realizar a pesquisa, em 2009. Assim constatamos que, de 2008 para 2009, houve um salto de 10% quanto ao conhecimento da população brasileira sobre a Lei Maria da Penha.

A pesquisa do Instituto Patrícia Galvão apoiamos sim. Foi uma pesquisa mais geral.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quando S.Exa. diz que apoiaram, significa dizer que a pesquisa foi paga com recursos da Secretaria?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Esses recursos são da própria Secretaria ou foram disponibilizados por outro órgão do Governo?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Como assim?



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - São recursos orçamentários da própria Secretaria?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - São recursos orçamentários da Secretaria. Nós apoiamos projetos e podemos apoiar exatamente todos dentro do marco legal que é definido. São projetos com prestação de contas, tudo direitinho.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quanto custou essa pesquisa, Ministra?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Eu não tenho o valor no momento. Mas rapidamente posso lhe informar todos os valores, absolutamente definidos e transparentes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Essas outras pesquisas também foram pagas com recursos da Secretaria?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Que outras pesquisas?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Aquelas a que me referi. Uma foi de 2009, feita também pelo IBOPE.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Não, a pesquisa IBOPE/Avon é uma pesquisa do Instituto Avon.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - São duas então.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Duas pesquisas: uma foi paga pela Secretaria, a outra foi paga pelo Instituto Avon.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Pelo Instituto Avon. Quer dizer, houve a decisão do Instituto Avon de fazer a pesquisa. Nós apenas a divulgamos e usamos bastante os dados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Na pesquisa feita pela Secretaria houve pré-qualificação também de institutos ou não? A senhora se recorda?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Eu me recordo. É diferente. Se o senhor quiser comparar a situação em tela com a anterior, verá que são absolutamente diferenciadas. Este edital aqui é proativo. Estamos buscando quem faça uma pesquisa que estamos encomendando. Como disse, não é uma pesquisa eleitoral, aliás, nenhuma das nossas pesquisas tem caráter de opinião eleitoral.



Nesse outro caso mencionado pelo senhor, não fomos nós que buscamos. Houve solicitação por meio de projeto encaminhado por organização não governamental, como ocorre com tantos outros projetos encaminhados que a Secretaria financia — projetos de estudos, projetos de pesquisa, projetos ligados a empreendedorismo feminino, enfim uma gama enorme de projetos. E, se o senhor entrar no *site* da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, verá todos eles discriminados com objetos, valores etc. Todos os anos, fazemos questão de divulgar o balanço dos projetos que a Secretaria apoia.

Muito embora a Secretaria tenha um orçamento bastante reduzido, muitas pessoas — e não sou eu que o digo — admiram-se do quanto podemos ter de reconhecimento nacional, porque apoiamos projetos no País inteiro, independentemente de serem de ONGs ou de Prefeituras desse ou daquele partido. A Secretaria trabalha de maneira muito transparente. Então, qualquer dado que V.Exa. queira, além desses que eu posso fornecer aqui...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual é o orçamento para o ano de 2010?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Para o ano de 2010, o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional gira em torno de 80 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É maior do que o do ano passado?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - É maior do que o do ano passado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Essa pesquisa que foi feita com recursos da Secretaria, não teve pré-qualificação, V.Exa. disse que é diferente porque foi uma pesquisa provocada de fora para dentro.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Gostaria que V.Exa. entendesse que não é uma pesquisa. V.Exa. insiste em falar em pesquisa, e eu insisto em falar em projeto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tudo bem, projeto.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Nós trabalhamos de duas maneira: ou nós, a Secretaria, trabalhamos de maneira a induzir determinada iniciativa, como é o caso, ou seja, temos um objeto e queremos que alguém dê conta desse objeto de trabalho, ou trabalhamos por demanda espontânea, ou seja, organizações,



Prefeituras Municipais Governos Estaduais apresentam projetos, e nós avaliamos se esses projetos devem ou não ser financiados. A cada ano, fazemos chamadas públicas para apresentação de projetos. Os projetos são apresentados, selecionados e financiados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E qual foi a metodologia aplicada nessas consultas públicas feitas nesse projeto especialmente, V.Exa. tem?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - A metodologia é a mesma de sempre, é uma metodologia de trabalho da Secretaria, como disse a V.Exa. Este ano, por acaso, não vamos abrir editais gerais, porque o orçamento dará conta dos projetos apresentados no ano passado. Mas anualmente, abrimos uma chamada pública de projetos, temos um edital, há as normas para apresentação de projetos, e eles são apresentados e avaliados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Essa é a nossa metodologia de trabalho.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Bem, Sra. Ministra, eu gostaria de entrar um pouco nessa questão que também foi objeto da nossa convocação

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Por favor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Ministra, surpreendeu-me uma publicação no jornal Folha de S. Paulo sob o título *De Mulher para mulher*, sobre uma pesquisa, ou um projeto, como diz V.Exa., a ser contratado pela Secretaria, por intermédio do qual se pleiteia uma série de dados e informações sobre o eleitorado feminino.

A primeira questão que eu gostaria de fazer a V.Exa.: quais são os termos de referência a que se refere o Item 4.2 do edital? V.Exa. pode nos fornecer uma cópia desses termos de referência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Vanderlei Macris, se V.Exa. pudesse elencar as perguntas, a Ministra iria anotando, para ganharmos tempo e, depois — não sei se a Ministra ou sua assessora tem os dados —, S.Exa. responderia, porque outros Deputados estão também querendo perguntar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas eu já estou no processo de finalização, Sr. Presidente.

O Item 4.2 é o seguinte:

[P8] Comentário: Sessão:0180/10 Quarto
Ta.:Eliana Rev.:



“a- Consistência da proposta em relação à temática e aos objetivos do presente edital.

b - Adequação da metodologia proposta.”

A pergunta que faço é relativa a essas duas questões, “a” e “b”, do item 4.2 do edital.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Veja bem, Deputado: nós lançamos um edital e vamos selecionar. O edital é muito claro. Em primeiro lugar, acho que importante que tenhamos clareza. V.Exa. disse que se baseou na nota da colunista Renata Lo Prete. Aliás, nós já esclarecemos à colunista. Ela não havia lido o edital e fez uma nota, desculpem-me, maldosa, porque tenta induzir os leitores à ideia de que a Secretaria estaria fazendo uma pesquisa de opinião, uma pesquisa eleitoral. Mas V.Exa. leu o edital e sabe que não é isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O objetivo da pergunta é exatamente o de que V.Exa. possa esclarecer e tirar as dúvidas que tenho em relação ao que vou me manifestar depois.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Então, o edital lançado, no Item 4.2... *“Ao realizar o julgamento...”* — é isso?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Exatamente

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Muito bem:

“4.2. - Ao realizar o julgamento, o comitê indicará a motivação de seus atos, visando fornecer a transparência adequada ao certame, levando em consideração a os seguintes critérios :

Critérios de Análise e Julgamento de Mérito e Relevância;

a) Consistência da proposta em relação à temática e aos objetivos do presente edital”.

Ou seja, esclarecendo ao nobre Deputado, se um núcleo, grupo ou instituto, apresentar, por exemplo, uma proposta de pesquisa de opinião eleitoral, não estará consistente com os objetivos do presente edital; portanto, será eliminado do certame. Certo?



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E quanto à adequação da metodologia proposta?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Quanto à adequação da metodologia proposta, o comitê, que será um comitê de pessoas com gabarito...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - V.Exa. acabou de me dizer que a metodologia é a de sempre.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Não, a adequação da metodologia da pesquisa, Sr. Deputado .

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Proposta, está bem.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - É o vício da profissão: sou pesquisadora por profissão, sou acadêmica, então, tenho de enfatizar que, quando se propõe um projeto de pesquisa, uma investigação, a metodologia tem de ser adequada à apuração daquilo que se está pretendendo investigar. Eu não posso, se componho um comitê de pesquisa para avaliar pesquisas relativas à natureza de determinada doença, não posso propor uma metodologia que não verifique *in vitro*, *in vivo*, por exemplo, como essa doença se transmite, se é uma doença infecciosa. Então, existem padrões, evidentemente, científicos, acadêmicos, que são adequados para cada tipo de pesquisa que se pretende.

O comitê, que será, evidentemente...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso não é subjetivo não, Sra. Ministra?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Veja bem, a subjetividade a que o V.Exa. se refere, certamente é a possibilidade de existência de viés que tornaria viciado o certame. Nesse caso, o certame poderá ser, se acontecer, invalidado por qualquer um ou uma das concorrentes. Por isso, ele será aberto, transparente e terá divulgados os critérios. E cada avaliador e avaliadora terá de explicitar as razões pelas quais escolheu esse ou aquele projeto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Já foi feita uma pré-qualificação?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Ainda não; os projetos sequer foram apresentados ainda.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Os projetos não foram apresentados?



A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Não, ainda não recebemos nenhuma proposta.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Foram elaborados os termos de referência gerais, detalhando como serão coletados os dados tanto qualitativos quanto quantitativos?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Não, esse edital não é parametrado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - V.Exa. pode detalhar isso para nós?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Não, esse edital não é parametrado, Deputado, ele é diferente. É possível haver 2 tipos de edital numa demanda induzida como esta. Posso ter um edital totalmente parametrado, no qual defino todos os termos da pesquisa, inclusive, como quero a metodologia a ser empregada, e, aí, seleciono o instituto que está melhor qualificado para atender aqueles parâmetros. E posso fazer outro tipo de edital induzido, como este aqui, no qual vou selecionar a melhor proposta metodológica, portanto, não parametro. Não vou selecionar apenas o instituto, ou o núcleo, ou a universidade melhor qualificada do ponto de vista do seu currículo; vou selecionar o melhor projeto do ponto de vista acadêmico.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem são os responsáveis pelo acompanhamento dessa pesquisa, Ministra?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Nós da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Sra. Sônia Malheiros Miguel, que se encontra presente e que é a Subsecretária da área, juntamente com a Profa. Dra. Lourdes Bandeira, que é Subsecretária de Articulação Institucional; a Profa. Dra. Ildete Pereira, que aqui se encontra, professora titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e servidora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado, Ministra.

Aqui se fala em monitoramento de comportamento da mídia durante a campanha e análise dos debates entre os candidatos. V.Exa. não acha temerário, num momento como este, realizar tal pesquisa? Veja, não quero discutir o mérito da sua pesquisa, mas o momento importante em que o País vive.

[P9] Comentário: Sessão:0180/10 Quarto
Taq.:Eliana Rev.:



A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Por isso mesmo é que estamos fazendo esse trabalho, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pois bem. Neste momento importante em que o País vive, preocupa-me o fato de V.Exa. ter dito que ela é qualitativa e, por isso, só no ano que vem teremos essas respostas, depois de haver todo um processo interno de debate e de discussão. Estamos diante de um processo eleitoral, e 1 milhão de reais é um dinheiro bastante razoável, é uma pesquisa de muita profundidade. Acho que seu trabalho merece, o trabalho que V.Exa. está fazendo merece ser respaldado também por informações desse nível, mas por que isso não foi feito na eleição passada? Por que fazer isso agora, neste momento praticamente de véspera de eleição, quando pode haver a conotação, veja bem, entre aspas “pode haver a conotação de utilização de recurso público para favorecimento de candidatos do Governo”? Isso pode dar vazão a esse tipo de coisa.

V.Exa. acaba de dizer que o artigo da Renata Lo Prete foi maldoso. Quer dizer, 1 milhão de reais, para contratar uma pesquisa que leva em conta o interesse de debater e discutir a opinião do eleitorado feminino sobre as campanhas...

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Não é sobre o eleitorado feminino e não é sobre as campanhas, V.Exa. está lendo a nota da Renata Lo Prete e distanciando daquilo que está escrito no edital.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, esclareça, Ministra, porque V.Exa. acabou de me dizer que isso está, sim, relacionado com a análise que vai ser feita sobre os debates dos candidatos.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Mas isso não é em relação ao comportamento do eleitorado feminino. V.Exa. não está sendo fiel ao que está no edital.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Estou sendo fiel, como fui até agora nas minhas perguntas. Quero só ser fiel no seguinte: V.Exa. disse que vai fazer um acompanhamento da mídia durante o processo da campanha eleitoral..

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Não só isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... e análise dos debates dos candidatos.



A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Sr. Deputado ...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, responda-me...

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Vou responder.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A nossa preocupação é apenas a de esclarecer, Ministra.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Eu não vim aqui para nenhuma polêmica, posto inclusive que fui convidada, estou aqui de livre e espontânea vontade...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Claro, e nós agradecemos muito a V.Exa. o seu comparecimento.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - ... e, durante toda a tarde, estarei aqui à disposição, mas, Deputado, em primeiro lugar, esse é um dos itens que será trabalhado na pesquisa. Veja bem: eu não estou efetivamente preocupada com a interpretação que se possa dar. Eu estou preocupada, sim, com aquilo que é a minha missão realizar. Eu estaria preocupada se houvesse qualquer implicação, como a articulista insinua, quanto ao processo eleitoral. Não há. Inclusive estou aqui com o consultor jurídico da Secretaria, em virtude da sua preocupação. Já havíamos, inclusive, consultado a Consultoria Jurídica da Casa Civil, que é especializada em aspectos eleitorais, e ela não viu qualquer possibilidade de qualquer interpretação desse tipo quanto a esse trabalho.

Não acho temerário, acho oportuno.

Não tenho aqui, mas faço questão de posteriormente passar às suas mãos pesquisas dessa natureza, por exemplo, sobre comportamento da mídia, feitas em democracias mais antigas e mais consolidadas que a nossa, não para monitorar esse ou aquele comportamento de segmentos, mas, sim, o comportamento da mídia em geral. Há, inclusive, toda uma metodologia de trabalho com sistemas de informática que medem milimetricamente as notícias, o aparecimento de nomes etc. Por quê? Porque por meio desse tipo de monitoramento pode-se verificar, por exemplo, se há, no eleitorado brasileiro, na mídia brasileira, cerceamento ou obstaculização à disseminação dos nomes de candidaturas femininas — e estamos falando de candidaturas femininas, de candidaturas a Deputada Federal, Deputada

[P10] Comentário: Sessão:0180/10 Quart
Taq.:Irma Rev.:



Estadual, Governadora, Senadora, Presidenta, enfim, de todas as candidaturas femininas.

Portanto, não acho temerário, até porque estaremos trabalhando de maneira absolutamente suprapartidária. Estamos falando de ocupação pelas mulheres dos espaços de poder, dando continuidade a um trabalho que não tem nenhum recorte partidário.

V.Exa. perguntou se esses dados serão trabalhados internamente. Não. Estamos fazendo um edital para que uma instituição acadêmica faça o trabalho e apresente o resultado em um seminário no final do ano. Portanto, não havendo qualquer risco de impacto sobre o processo eleitoral.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ministra, não sei se chego lá, mas eu gostaria muito, se eu fosse candidato à Presidência da República, de ter informações sobre dados tão ricos quanto esses que V.Exa. vai...

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Se V.Exa. fosse candidato não teria acesso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Com certeza, eu teria muito interesse em ter informações sobre dados de tamanha riqueza e que V.Exa. terá em mãos em relação a essa questão.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Todos nós teremos, Deputado, inclusive V.Exa., que será convidado para participar do seminário no final do ano, com a sua verve tão eloquente e com o conhecimento demonstrado neste plenário.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Com certeza. Eu só queria dizer a V.Exa. que, por mais que V.Exa. tenha tentado, não me convenci de que seja o momento...

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Lamento, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... adequado para o País realizar uma pesquisa tão importante como essa para as mulheres. Concordo. Poderia ter sido feita em um belo ensaio nas eleições de 2008, nas eleições que tivemos anteriormente ou na eleição passada, talvez em um momento fora do processo eleitoral.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Fora do processo eleitoral, seria impossível.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pelo menos na eleição intermediária, na eleição para Prefeitos.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Deputado, a única coisa que eu poderia dizer é que lamento, e convido V.Exa. a acompanhar passo a passo o certame e o processo de qualificação e de seleção dos institutos, dos consórcios, e também que acompanhe junto conosco esse trabalho, dada a sua própria riqueza.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Farei questão de acompanhar em detalhes.

V.Exa. foi gestora pública, e é evidente que todo gestor público está muito sujeito a uma série de intempéries.

V.Exa. já teve algum tipo de processo por improbidade administrativa ou por dano ao Erário quando gestora pública?

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Veja bem: V.Exa. está entrando em um tema que não faz parte da pauta desta audiência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem. Perfeito.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Portanto, vou abster-me de responder, muito embora eu não tenha absolutamente nada a esconder. Sou gestora pública, sou funcionária pública, com muito orgulho, há muitos e muitos anos, mais precisamente desde 1980, e já tenho inclusive tempo para me aposentar, coisa que ainda não fiz.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu agradeço muito a V.Exa., Ministra, as informações. Quero que V.Exa. leve em conta que estou aqui apenas preocupado com o interesse público, como V.Exa. também está. Esta Comissão tem o específico fim de fiscalizar. Estamos aqui exercendo nosso direito de fiscalizar, de levantar dados, questões e dúvidas que temos em relação aos gastos públicos.

Agradeço muito a V.Exa. e peço desculpas se fui veemente em minhas observações, mas o que pretendemos aqui é exatamente apurar a verdade e, mais do que isso, dar à sociedade brasileira — este debate está sendo transmitido ao vivo pela Internet e também gravado — a possibilidade de ver esclarecidas questões como essa levantada pelo artigo *De Mulher para Mulher*, publicada na coluna *Painel*, do jornal *Folha de S.Paulo*, que V.Exa. trouxe e que foi a notícia que nos motivou a chamá-la para esses esclarecimentos.



Foi uma boa oportunidade para que V.Exa. pudesse esclarecer a questão. Ainda que meu convencimento não tenha sido suficiente, agradeço muito a V.Exa. a gentileza.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Eu é que agradeço, e V.Exa. não precisa desculpar-se pela veemência, porque também sou veemente. Aliás, quem crê no que faz é, por dever de ofício, veemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Sra. Ministra, fosse um homem o articulista, ia ser complicado. V.Exa. vê que as próprias articulistas mulheres distorcem os fatos. E há também o problema da mídia, que nem sempre inventa, mas certamente aumenta.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado José Guimarães, representante do Ceará. Em seguida falarão o Deputado Dr. Paulo César, do Rio de Janeiro, e a nobre Deputada Luiza Erundina, de São Paulo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sra. Ministra Nilcéa, há de se registrar que os homens estão em maioria neste debate, que interessa, sobretudo, à bancada das mulheres, aqui representada pela honrosa presença da ex-Prefeita Luiza Erundina.

Vou levantar aqui 3 questões, Sra. Ministra.

Primeiro, quero dizer que tenho acompanhado bem seu trabalho na Secretaria Especial, até porque a Maria da Penha é cearense, e durante meus 8 anos de mandato de Deputado Estadual sempre tive por ela um respeito muito grande. Certa feita, em recente audiência na Assembleia, ela disse que a Secretaria — e esse será o maior legado que V.Exa., Ministra, há de deixar — está consolidando uma rede de políticas públicas de Estado para as mulheres. Entra Governo e sai Governo, e se consolida uma política pública de Estado que não tínhamos no passado.

São louváveis as iniciativas que essa Secretaria vem tomando nacionalmente, como o sistema de cotas e o Plano Nacional, que é fantástico. Vi, inclusive, que ele tem um comitê de monitoramento composto por várias instituições fora do Governo, até organismos internacionais exercem o monitoramento de sua execução. Na verdade, é uma política pública de Estado por intermédio da qual V.Exa. está dando



ao País a oportunidade de enfrentar o ainda profundo processo de discriminação contra as mulheres.

Então, antes de mais nada, faço esse reconhecimento de que o nosso Governo está constituindo uma política pública de Estado — que ficará para sempre, e talvez seja esse o maior legado que V.Exa. irá deixar. Até porque V.Exa., antes de ser Ministra, é pesquisadora e conhece como ninguém a questão, sobretudo a importância da pesquisa para consolidar esse Plano Nacional e as políticas do Ministério.

E, aqui, **entro** na segunda questão. A Secretaria jamais poderia fazer o trabalho que está realizando sem essas pesquisas. Como exemplo, cito a pesquisa feita sobre a Lei Maria da Penha, logo que ela foi instituída. Na oportunidade, sequer a Justiça de Primeira Instância tinha conhecimento a respeito dessa lei. Talvez não haja valor monetário que pague a importância dessa pesquisa para a consolidação dessa política para as mulheres, até porque Maria da Penha foi vítima de brutal violência.

No meu Estado, quando esse fato ocorreu, na década de 80, ela sequer aparecia na mídia, porque o mandante, seu ex-marido, era quem controlava a mídia, pois era um homem poderosíssimo no Ceará. Por isso, a mídia tem também uma dose enorme de discriminação contra as mulheres.

Quando a articulista faz esse comentário a que o Deputado Vanderlei Macris se referiu, pega um aspecto de uma pesquisa talvez feita com o mecanismo mais transparente da Administração Pública: a chamada pública. Nela vão ser analisadas todas as instituições que se inscreverem, metodologia, conteúdo, método. É mais transparente do que um processo licitatório.

Portanto, sem essas pesquisas, tudo o que o Deputado Vanderlei Macris relatou, sobretudo esta de 2010, não estaríamos tendo a oportunidade de ter uma política pública para as mulheres no Brasil.

Terceiro: ainda que essa pesquisa sirva para orientar as campanhas eleitorais, não temos só uma mulher candidata, já temos duas, Dilma Rousseff e Marina Silva. Portanto, se alguém — e não é a hipotética insinuação da Oposição — divulgar a pesquisa antes da eleição, nós vamos utilizá-la; se divulgar depois... Veja se pode um negócio desse...

[p12] Comentário: Sessão:0180/10
Quarto:11 Taq.:Veiga Rev.:



Essa pesquisa é corretíssima, até porque, Ministra, vai ter impacto nas futuras eleições municipais, vai ficar como elemento para todos os partidos utilizarem. É algo fundamental para o País, e temos, sim, de acompanhar o processo, não para utilizar eleitoral e politicamente. É importante acompanhar o comportamento da mídia no tratamento dessas questões, porque não são só duas candidatas mulheres, há candidatas a Governadora, a Deputada Estadual, a Deputada Federal, a Senadora.

A luta que a Deputada Luiza Erundina desenvolve para as mulheres ocuparem o poder nesta Casa é incrível! S.Exa. apresentou inclusive emenda constitucional para obrigar que haja representação feminina na composição da Mesa da Câmara dos Deputados, o que é difícil.

Portanto, eu acho que não há, a não ser que — e tem todo o direito a Oposição de criticar e fiscalizar... Aliás, esta Comissão tem esse fim. A fiscalização tem de ocorrer, sim, mas nos parâmetros republicanos, e não ficar só na discussão pela discussão, mas sobretudo convencer. E o que V.Exa. levantou é absolutamente procedente. Não há nada que possa imputar alguma tendência de beneficiamento ou utilização desse material nas campanhas eleitorais. Muito pelo contrário.

V.Exa. faz um trabalho republicano. Quero fazer esse reconhecimento, menos eu, mas sobretudo as mulheres do Ceará. Muitas têm nível de organização razoável reconhecem isso. Mulheres que não são nem do PT, não têm vinculação partidária, mas reconhecem o belo trabalho que essa Secretaria tem neste Governo.

Quando V.Exa. deixar a Secretaria para assumir outras funções, provavelmente quem entrar, seja de que Governo for, terá dificuldade para interditar tudo o que foi consolidado nos últimos anos.

V.Exa. deu continuidade ao trabalho da ex-Ministra Emília Fernandes e pontuou bem: a Secretaria dirigida por V.Exa. tem tido todo o espaço e, mais do que isso, dialogado permanentemente com a sociedade civil brasileira, com todas as instituições. O que vejo no meu Estado é felicidade no que diz respeito ao trabalho da Secretaria.

Talvez o Brasil não saiba a dimensão do que significa a Lei Maria da Penha, sobretudo o trabalho que está sendo feito para que a Justiça reconheça, puna, prenda o infrator. E isso foi fruto de pesquisa! Quanto mais pesquisa, melhor para



avançar na consolidação **desses** poucos espaços que as mulheres têm na República brasileira. Há de conquistarem muito mais, e vejo que o trabalho de V.Exa. tem contribuído muito para isso.

Ao contrário do Deputado Vanderlei Macris, saio daqui absolutamente convencido das palavras de V.Exa., sem nenhuma dúvida sobre a natureza, tanto do mérito quanto do método, da pesquisa que será realizada por sua Secretaria.

Obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Agradecemos ao Deputado José Guimarães.

Com a palavra o Deputado Dr. Paulo César, do PR do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Sr. Presidente, nobres pares, Sra. Ministra Nilcéa Freire, em primeiro lugar, quero agradecer à Ministra por ter atendido ao nosso convite e comparecido a esta audiência pública, e também parabenizá-la, desde já, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Se fosse aqui citar os exemplos, entraríamos pela tarde afora, e eu perderia meu voo para o Rio de Janeiro, tanto é o trabalho e tantas são as ações — Lei Maria da Penha, creches na penitenciárias (projeto da Deputada Fátima Pelaes), licença-maternidade de 6 meses, a PEC da Deputada Luiza Erundina relativa à composição da Mesa Diretora, em andamento nesta Casa, entre tantas outras ações e políticas.

Quem assistiu, há uma década — não precisamos ir muito longe —, ao que era feito pelas mulheres neste País, vê agora, neste novo século, o que pode ser realmente considerado um marco gritante das diferenças. Ficamos muito felizes com o trabalho que a Secretaria vem desenvolvendo.

Acho que o grande problema de nosso País é a questão da informação, e a mídia de massa é um importante ator social. Para realizar, implementar, formatar projetos, para dar mote a algum projeto nesse sentido, são necessários dados e, para dispor de dados, fazem-se necessárias as pesquisas. Há de se começar um projeto baseado em dados, em estatísticas, em vontade popular. É assim que se realizam projetos; de outra maneira, pode-se desenvolver um projeto que não diga respeito à sociedade.

[P13] Comentário: Sessão:0180/10
Quarto:12 Taq.:Katia Rev.:



Cito, como exemplo, a promessa que um candidato faz durante a campanha numa cidade bem do interior de construir ali um metrô. Ele ganha as eleições e cumpre a promessa. E eis que a população, embora agradeça pelo metrô tão bacana, confessa que não precisava de metrô, mas, sim, da maternidade que falta na cidade. Ou seja, como chegar à conclusão do que é preciso e do que não é preciso? Como saber para onde voltar o olhar das políticas para as mulheres? Por meio de pesquisas.

Agora, não é pelo fato de que pesquisa vai ser feita este ano... Aí, entram os questionamentos pequenos, e acho que é por isso que a política no Brasil, a despeito de querermos avançar, de passar a novo patamar de discussão, acaba travada, travada nos currais eleitorais e em outras coisas pequenas, como não implementar uma melhoria que eventualmente possa beneficiar um adversário político, como fazer tudo para as coisas darem errado com o fim de mais à frente ganhar de um adversário político.

Mas acho que essa época já passou, que não se pensa mais assim. Temos de pensar mais adiante e avançar.

A corrupção, de que tanto se fala e que tanto se discute, também está interligada a isso. Fazer uma política pequena, ficar atrelado a pequenos detalhes como o de beneficiar A ou B é dar argumento para que realmente os currais eleitorais e a corrupção continuem a pleno vapor. E não é isso o que nós queremos.

Temos eleições de 2 em 2 anos neste País, e vejo que, a cada 2 anos, uma fatia do grande bolo de corruptos é subtraída. A população brasileira, com essa arma que tem na mão, que é a arma do voto, porque cada voto vale um voto, vai lá e tira uma fatia daquele bolo. E, assim, o bolo da corrupção está diminuindo.

Se é um trabalho para a Secretaria desenvolver, se é um trabalho ou uma pesquisa, não importa se estamos em ano eleitoral. Este ano é ano eleitoral, mas o ano que vem também é, porque em 2012 também vai haver eleição de novo. Então, todo ano é ano eleitoral.

Então, tem de ser feita a pesquisa para dar subsídio para que a Secretaria da Ministra possa desenvolver seus projetos.

Quero também me desculpar, em nome da Comissão, por um certo desvirtuamento que foi dado à audiência pública. Isso aqui não é uma CPI. V.Exa.

[p14] Comentário: Sessão:0180/10
Quarto:13 Taq.:Paulo Domingos Rev.:



não veio para uma CPI. Aqui está a convite da Comissão, para nos agradecer com informações de sua Secretaria, informações que estamos levando para conversar com os demais.

São essas as minhas palavras. Mais uma vez, agradeço a V.Exa. a presença.

Há duas mulheres candidatas à Presidência da República. Que uma das duas possa, no dia 3 de outubro, acabar com todos os preconceitos deste País com relação à mulher, elegendo-se a primeira Presidenta do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Obrigado, Dr. Paulo.

Há um velho ditado no meu Estado — não sei se ocorre nos outros Estados — que diz que “*quem cuida, usa*”. Às vezes, ficamos preocupado com as pessoas que querem usar, porque usamos; ou que vão fazer errado, porque também temos a prática de fazê-lo.

Passo a palavra à Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo.

Antes, porém, repito a sugestão que já fiz para outras Deputadas da minha bancada. É o seguinte: se temos uma lei que diz que deve haver 30% de candidatas mulheres em todas as chapas, e todos os partidos têm de obedecer, por que não 30% na Mesa? Por que só uma mulher? Poderiam ser 30% na Mesa. Se são 7 os membros da Mesa, poderiam ser duas mulheres. E, se são duas as mulheres candidatas a Presidenta, uma das duas pode chegar à Presidência da República.

V.Exa. aceita essa sugestão? Vamos fazer uma emenda.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Deputado, seria bom que a ideia constasse como posição da sua bancada, que é uma das bancadas majoritárias da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vou conversar na minha bancada, que não é majoritária. É uma bancada pequena.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Veja bem, Sr. Presidente, nossa proposta é a de que haja pelo menos uma mulher na Mesa. Isso não impede que sejam mais, porque a proposta é de proporcionalidade. Um por cento não é proporcional. Mas, como esta Casa é muito resistente a uma mudança de cultura e para entender a questão de gênero... Não se trata de mulher contra homem nem homem contra mulher, mas a resistência aqui é muito forte.



Fico feliz. Quem sabe V.Exa. pode até apresentar uma emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu fiz para a Deputada Iriny. E S.Exa. disse: "Vamos apresentar". Pedi, porém, que S.Exa. o fizesse, pois a Deputada Luiza Erundina poderia não acreditar que estou defendendo essa tese.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Maravilha. Se conseguirmos 1% — quem sabe? —, daqui a algumas décadas, vamos pelo menos aumentar a nossa presença na Casa. Aí, vai exigir — quem sabe? — da outra ala, que hoje é majoritária, hegemônica, lutar por cotas também. Então, todos entenderão que não é humilhante para nós lutar por cotas.

Quando apresentamos a proposta, houve Deputado que foi à tribuna dizer que isso era humilhante para a mulher, que não convinha aprovar essa PEC, porque era uma humilhação. Humilhação é o que enfrentamos diante de outros países quanto ao déficit democrático em relação às mulheres aqui. Somos mais da metade da população, do eleitorado, mas somos menos de 9% nesta Casa. Isso é que é vergonhoso, humilhante. Em 184 anos de Poder Legislativo no Brasil, sequer uma mulher ocupou um cargo efetivo na Mesa. Quando propomos que haja pelo menos uma mulher na Mesa, é um deus nos acuda, e não se consegue pautar a matéria. A PEC é de 2006.

Mas o que eu vim fazer hoje nesta Comissão, Srs. e Sras. Deputados e Sra. Ministra, em primeiro lugar, é saudar V.Exa. e parabenizá-la por sua presença nesta Casa, que é frequente. Incontáveis vezes V.Exa. esteve nas mais diferentes Comissões, trazendo informações, dando explicações, sensibilizando a Câmara dos Deputados para a política de gênero muito bem conduzida por V.Exa. e sua equipe, à frente da Secretaria.

Quero dizer que a bancada feminina da Câmara dos Deputados tem se beneficiado muito com os dados das pesquisas e dos estudos que a Secretaria Especial de Política para as Mulheres tem realizado. Se não tivéssemos esses dados, esses elementos, essas informações, mais difícil seria o nosso trabalho aqui na Casa, que enfrenta enorme resistência, má vontade e incompreensão da grande maioria dos homens.

Então, sua presença aqui, Sra. Ministra — e lamento que a reunião esteja tão esvaziada — é mais uma oportunidade que V.Exa. nos dá para mostrar a esta Casa

[P15] Comentário: Sessão:0180/10
Quarto:14 Taq.:Eliana Rev.:



o trabalho da Secretaria, a que ela se propõe. A Secretaria tem um caráter plural, suprapartidário. E, inquestionavelmente, a atuação e a forma como tem funcionado a Secretaria durante todos estes anos são marcantes.

Quero também lembrar a V.Exa. e demais presentes que, ontem à noite, a duras penas, depois de 11 anos, o relatório anual sobre a situação socioeconômica da mulher, proposta aprovada há 15 anos, em Beijing, na IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995.

Em 1999, quando viemos para esta Casa, apresentamos projeto que obrigava o Poder Público a apresentar anualmente esse relatório, consubstanciando todos os dados, todas as informações dos vários Ministérios, dos vários órgãos de governo, centralizando essas informações num único órgão que, imagino, seja a Secretaria Nacional da Mulher.

Quando o referido projeto de lei foi apresentado, ainda não havia a Secretaria, mas apenas o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Então, o órgão que iria gerenciar essas informações, como um diagnóstico da realidade das mulheres e como base para planejamento das políticas públicas relacionados às mulheres, com dados objetivos, científicos, permanentemente atualizados, era esse Conselho. Como disse, o projeto foi apresentado em 1999, mas só ontem à noite essa aprovação aconteceu — e não houve nem espaço para se discutir a matéria, tal foi a dificuldade, a resistência, a má vontade. Foi preciso um verdadeiro confronto da bancada feminina e de seus coordenadores para conseguirmos pautar a matéria, porque havia várias dificuldades de ordem regimental. A sorte é que um jurista foi simpático à causa e resolveu o impasse causado pela interpretação do termo constitucional e legal no sentido de que a matéria não poderia ser pautada quando medidas provisórias estivessem trancando pauta. E ela poderia — quem sabe? — vir a ser objeto de medida provisória.

Ora, critica-se o Governo por fazer tantas medidas provisórias — e isto é real, é excessivo o número de medidas provisórias —, mas se esta Casa tem oportunidade de legislar a partir de suas prerrogativas e sua autonomia como Poder, também se critica e se infere uma interpretação regimental e legal para justificar que, depois de 11 anos, não se possa pautar uma matéria no mês em que se celebra o



centenário da mulher. Mas esse único projeto, até agora, de interesse direto das mulheres foi pautado e votado, Deus sabe a que custo.

Ainda há uma promessa de que a PEC que destina uma vaga na Mesa para as mulheres também será pautada.

Tenho enorme respeito pelo conhecimento do nobre Deputado Vanderlei Macris, sei de sua intenção correta e justa ao fazer a V.Exa. o convite para vir a esta Casa, e sei também que S.Exa. sai daqui convencido, embora diga o contrário. Não há o que esconder, porque a ação da Secretaria tem sido permanentemente alvo de acompanhamento, inclusive por fóruns multipartidários ligados à Secretaria.

O Fórum Nacional de Mulheres de Partidos Políticos, inclusive, conta com a participação do PSDB Mulher, que tem a oportunidade de argui-lo, na condição de membro desse Fórum, que é de iniciativa da própria Secretaria.

A Secretaria se expõe a uma fiscalização e a um controle permanentes, e há uma participação direta das representantes dos partidos políticos, no âmbito da Secretaria, para além do Conselho dos Direitos da Mulher, o que significa que essa Secretaria aborda o objeto do Ministério de forma absolutamente suprapartidária e plural.

A questão de gênero se sobrepõe de forma absoluta e inquestionável em todas as ações da Secretaria, para não partidarizar.

Um dos temas que tem sido objeto da nossa atuação na condição de mulheres de partidos políticos e da Secretaria dirigida pela Ministra, nas duas Conferências Nacionais, e, conseqüentemente, está sendo o foco da política da Secretaria em 2009 e em 2010, é o empoderamento da mulher. Agimos no sentido de fazer a sociedade tomar consciência disso, assim como o Congresso.

No ano passado, lançamos mão dos dados de pesquisa realizada pela Patrícia Galvão, a fim de convencer esta Casa a votar a minirreforma eleitoral. Porque ao mesmo tempo em a sociedade afirmava e defendia a política de cotas, respeitava e apoiava um maior número de mulheres nos espaços de poder e sinalizava que tem preferência em votar em mulheres.

Isso indica que é preciso haver informação e conhecimento da realidade da própria mulher. Não temos conhecimento suficiente, completo e atualizado da nossa situação em termos de exclusão política no País.

[P16] Comentário: Sessão:0180/10
Quarto:15 Taq.:Luciene Fleury Rev.:



Estamos na véspera das eleições, e temos de capacitar politicamente as mulheres. A Secretaria tem tido a preocupação de formar politicamente as mulheres e de capacitá-las politicamente. Não se consegue uma intervenção racional, inteligente, eficaz e planejada senão com base em pesquisa. Temos de aferir quais são as mulheres que se dispõem a disputar eleições.

O empoderamento da mulher vai além da disputa e da conquista de mandatos eleitorais. A questão do empoderamento da mulher está no foco, no centro do debate, da política que a Secretaria vem encaminhando. Consequentemente, sem informações atualizadas, completas, globais e autônomas, não há como dirigir essa intervenção.

Há de convir V.Exa. que o orçamento de que a Secretaria dispõe é ridículo. Acho que a Secretaria faz milagres, porque atua muito suprapartidariamente, atua em aliança com os movimentos, com a sociedade civil organizada e, sobretudo, com o movimento de mulheres.

É uma pena que esteja esvaziada esta audiência pública e não seja possível ouvir outros interlocutores e Parlamentares, para nos ajudarem a romper esse fosso existente na Casa, essa resistência enorme, essa indisposição contra qualquer iniciativa no sentido de fazer democracia nesta Casa, e, a partir dela, na sociedade.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Deputada Luiza Erundina, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Claro, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Regimentalmente, não pode haver aparte. Vamos abrir uma exceção.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu me submeto ao Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Mas vamos abrir essa exceção para tentar convencer a Deputada Luiza Erundina, que está convencendo V.Exa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu diria que, se precisasse de uma advogada, contrataria a Deputada Luiza Erundina.

Deputada Luiza Erundina, sabe V.Exa. do apreço que tenho por V.Exa., um apreço que não é de hoje. Sei da sua luta, da sua persistência, do seu descortino,



tanto é que V.Exa. está hoje aqui presente para discutir a questão das mulheres.

Também lamento que a audiência esteja esvaziada.

[P17] Comentário: Sessão:0180/10
Quarto:16 Taq.:Luciene Fleury Rev.:

Longe de mim imaginar que uma pesquisa dessas não seja importante para captar o que pensam as mulheres do processo eleitoral. O que me preocupa e me causa um pouco de temor, Deputada, é que não se tenha a segurança de que haverá um processo democrático. Gostaria de ver uma pesquisa dessas iniciada e, ao mesmo tempo, de dar notícia dela a todos os candidatos, mulheres e homens, até para que tenhamos informações e um processo eleitoral que permita o debate sobre essa questão específica, que considero saudável e importante para a sociedade brasileira, baseada em dados relevantes, que a Ministra pensa em tirar de uma pesquisa como essa.

Sei que V.Exa. é democrática, defende o processo democrático. No entanto, eu temo que não tenhamos democracia no processo de informação e que isso fique um pouco manco, de um lado só.

Provavelmente, haverá 2 candidatas mulheres à Presidência da República no processo eleitoral. Acho que é maioria. Por enquanto, o que me parece é isso.

Todo mundo vai ter acesso a essa informação? Não é importante que os candidatos tenham informação, até para saberem detalhes do debate que vem pela frente no País? Acho que sim.

O que me preocupa é a democratização da informação. Com base nisso, utilizamos nossas prerrogativas para fazer o convite à Ministra, que tão gentilmente o atendeu, para esclarecer os fatos e debatermos essa questão.

Fica a indagação. É preciso que haja um processo democrático também nas informações ao tempo e à hora. Foi essa a preocupação que tive quando fiz a pergunta.

Longe de mim evitar ou criar qualquer tipo de dificuldade para o debate do assunto.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Deputado, eu conheço V.Exa. de longa data, na sua militância em São Paulo. Absolutamente, não o arguo nem faço restrição ao fato de V.Exa. ter convidado a Ministra para vir dialogar conosco.



Lamentavelmente, não se conseguem muitos canais nesta Casa. V.Exa. sabe o quanto sou rigorosa. Seja de onde viesse, independentemente do nível de ligação que tivesse, seja com a Secretaria, seja com partido A, B ou C, eu jamais transigiria — V.Exa. sabe como sou rigorosa em relação a essas coisas; V.Exa. e todos os companheiros aqui também o são —, se intuisse minimamente algum viés nessa proposta que viesse comprometer o caráter democrático da disputa, a necessidade de absoluta isenção no trato dos processos eleitorais.

Deputado, além das 2 candidatas à Presidência, há dezenas de candidatas a Governadoras, a Deputadas Federais, a Senadoras. Queremos ampliar a presença da mulher nos espaços institucionais de poder, não necessariamente na Presidência. Sabemos o quanto é difícil eleger Deputada, Vereadora, Prefeita. Imagine Presidenta da República. Está certo?

Essa pesquisa, assim como as outras pesquisas que a Secretaria já fez... Não sei se V.Exa. teve a oportunidade de ser abordado a respeito dos dados das pesquisas que a Secretaria realizou. Por exemplo, a pesquisa da Patrícia Galvão e outras.

O INESC, inclusive, fez uma pesquisa do universo dos Parlamentares, a respeito de dados de pesquisas realizadas pela Secretaria. Portanto, mais do que a transparência, o caráter republicano da ação da Secretaria, o envolvimento que ela busca ter com os adversários políticos... É democracia. Fomos nós que trouxemos para esta Casa a condição de estarmos aqui debatendo. V.Exa. também foi ator de todo esse processo, com as pessoas do seu partido, com as pessoas com mais tempo de militância no partido.

Então, não tenho, absolutamente... Não é por eventual parcialidade. Eu não estaria nesta Comissão se não tivesse coragem de enfrentar o debate, se tivesse alguma dúvida. No momento em que eu tiver alguma dúvida, com certeza arguirei quem quer que seja sobre qualquer pretensão que não esteja dentro da ética, da moralidade, da democracia, da transparência.

Em razão do meu mandato, tenho uma ligação muito direta com aquela Secretaria e com os órgãos multipartidários com os quais ela trabalha. Posso dizer que até hoje não vi nenhuma intenção, subliminar que seja, de, de alguma forma, da Secretaria de tirar proveito no interesse de A ou de B. Também não tenho elementos



objetivos que me levem a ter dúvidas ou insegurança em relação ao edital e à concorrência.

Lamento que a jornalista não tenha tido mais cuidado, até no sentido de ouvir a Secretaria e outras pessoas que militam na área, porque essas dúvidas, esses questionamentos, esses senões que se apresentam atrapalham muito uma luta que tem sido difícil. Estamos nela há mais de 500 anos — tempo de existência do Brasil —, e há 100 anos, do ponto de vista do estabelecimento dos direitos da mulheres. Temos de evitar a interferência eleitoral nessa luta que já está muito prejudicada por uma cultura que, a meu ver, não tem contribuído de forma justa para a igualdade de direitos de homens e mulheres no País, sobretudo em relação aos espaços de poder para mais da metade da população.

Era isso que eu tinha a dizer. Cumprimento a Secretária e sua equipe. A bancada feminina tem sido parceira e tem contado com a parceria dessa Secretaria para compensar o desnível que existe na Casa, em relação ao tamanho da bancada feminina e da bancada masculina. Temos dificuldade de romper o enorme bloqueio que há para a discussão da democracia plena, em que homens e mulheres tenham igual acesso ao espaço de poder na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Antes de passar a palavra à Ministra para suas considerações finais, lembro, Deputada Luiza Erundina, que em 1978, por meio do jornal *Brasil Mulher...* Alguém aqui deve se lembrar. Rachel Moreno era uma das articulistas. Lula era Presidente do Sindicato e eu era Secretário. Nós realizamos o primeiro congresso, em 1978, para saber o que as trabalhadoras metalúrgicas de São Bernardo do Campo e de Diadema pensavam sobre o seu trabalho. Foi um marco histórico.

Às vezes lembramos os fatos históricos mais antigos e deixamos de cultuar as conquistas que tivemos devagar. Sei que é uma luta árdua. Falamos aqui de mulheres na Presidência da Casa e na Presidência da República. Algumas já chegaram a ser Prefeitas e Governadoras — a Deputada Luiza Erundina foi Prefeita da maior cidade deste País —, mas isso ainda não é frequente.

Na área sindical também há poucas mulheres ocupando cargo de direção. Alguém já viu alguma mulher presidindo o Sindicato dos Metalúrgicos? Não há. Nos sindicatos das costureiras e das assistentes sociais há. A Deputada Luiza Erundina



foi Presidenta — foi fundadora, inclusive — da primeira associação e depois do sindicato. Foi lá que eu a conheci.

Essa é uma luta antiga, travada há 100 anos ou mais. Aqui recordamos os 100 anos. Mas vale a pena lutar. Todas as lutas só são boas, Deputada Luiza Erundina, quando a guerra é boa. Se as coisas vêm de graça, perdem o valor. Por isso é bom lutar. V.Exa é forte, resistente e corajosa, como o são diversas outras mulheres desta Casa, dos mais variados partidos, que lutam em defesa de seus direitos. Isso é muito importante.

Vamos quebrando certos tabus. Por isso, até agradeço a aprovação do requerimento... Sou membro desta Comissão. Debatí o assunto com o Deputado Vanderlei Macris, que é de Americana, uma cidade aristocrática. S.Exa. é bom no debate.

Achei importante a vinda da Ministra a esta Comissão, porque muitos Deputados não sabem qual é a porcentagem de mulheres no Parlamento: 1%, 2%, 3%. Na Argentina, país vizinho, a presença de mulheres no Parlamento é de 40%, sem falar da Presidenta da República. Isso é bom para vermos que as coisas não acontecem tão longe. Poderiam acontecer na Europa, nos Estados Unidos etc., mas acontecem perto de nós, no Chile, na Argentina e em outros países mais próximos.

Ministra, passarei a palavra a V.Exa. para suas considerações finais. De antemão, agradeço-lhe muito a presença e a colaboração — eu sou o 1º Vice-Presidente desta Comissão e neste momento substituo o Presidente —, assim como a todos que aqui vieram para o debate. Seria bom que tivessem comparecido mais pessoas para que, de fato, valorizemos a Secretaria que tem V.Exa. como Ministra. Isso é muito importante não apenas para nós, Parlamentares, mas para o Brasil.

Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Inicialmente, quero agradecer ao Deputado Devanir Ribeiro a oportunidade de estar aqui. Agradeço também aos demais Deputados e à nobre Deputada Luiza Erundina pela interlocução.

Somente para finalizar, quero dizer que foi apresentada uma versão resumida do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para que V.Exas. possam tomar conhecimento dele. Mas nós temos a versão detalhada de cada um dos capítulos,

[p19] Comentário: Sessão:0180/10
Quarto:18 Taq.:Antonio Morgado Rev.:



que ofereceremos depois ao Deputado Vanderlei Macris, até para que S.Exa. tenha posse desse material.

Aqui está a plataforma suprapartidária da eleição de 2008 que oferecemos a Deputados e a Deputadas, mostrando como faremos. Digo de antemão que já estamos fazendo e nos preparando para oferecer a todos os candidatos e candidatas que queiram assumir essa plataforma suprapartidária que será assinada pelo Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, que conta com a participação de 16 partidos. Tenho muito orgulho de dizer isso, porque não é fácil colocar 16 partidos no mesmo espaço e trabalhar com o mesmo objetivo. O Fórum de Instâncias de Mulheres tem trabalhado de maneira muito solidária nesse espaço.

Quero dizer às Deputadas e aos Deputados que desde 2007 a Secretaria tem mantido uma interlocução permanente com o Tribunal Superior Eleitoral. Estamos praticamente finalizando um termo de convênio com o TSE, que tem acompanhado nossa atividade. Estamos fazendo um trabalho no sentido de advogar junto ao Tribunal. Que nessas vinhetas que o Tribunal faz na televisão haja informação — a sociedade foi muito pouco informada — sobre as mudanças na legislação eleitoral, no âmbito da minirreforma.

O s partidos políticos — inclusive o meu — não estão atentos para o fato de que este ano é obrigatório o preenchimento de 30% da nominata com nomes de mulheres. Não haverá sanção imediata, se não for cumprida a norma. Mas não foi cumprida uma determinação da legislação eleitoral. Então, é importante que todos fiquem atentos quanto a isso no momento da inscrição das nominatas.

Deputado, ouvi V.Exa. Lamento profundamente que V.Exa. não se tenha convencido. Eu poderia dizer que há um viés na sua interpretação. Mas admito que V.Exa. tenha dúvidas, como quaisquer outras pessoas. Estamos aqui para incentivar o debate.

Para tranquilizá-lo, quero dizer que não sou ingênua, Deputado. Ao longo do debate fiquei pensando nisso. Tenho 57 anos. Desde os 17 anos tenho militância política. Não faço política partidária ou política profissional. Minha militância política é pela redemocratização do nosso País. Depois, atuei na política universitária. Fui eleita Vice-Reitora e depois Reitora da minha universidade. E isso não ocorreu porque eu estava calada e quieta, mas porque lutei por ela e cheguei, portanto,



àquele posto. Então, não sou ingênua politicamente nem do ponto de vista da minha vida pessoal.

Creio que podemos, sem nenhuma imposição, fazer um compromisso que talvez alivie a sua preocupação e alguma mais que surgir.

Vamos fazer um termo de compromisso público, assinado pela instituição que for vencedora do certame, de que nenhum dado sobre qualquer um dos aspectos da pesquisa será divulgado de forma parcial para a Secretaria ou para quaisquer outras pessoas. Esse documento de compromisso será lavrado em cartório e publicado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu lhe agradeço. É um excelente começo, Ministra. Acho que valeu a pena a sua presença aqui. É uma atitude louvável de V.Exa. Quero vê-la concretizada, porque é um movimento importante para a democracia.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE - Deputado, para finalizar, quero referir-me apenas a uma questão que me incomodou. Eu sou uma pessoa muito franca e muito transparente. Penso — se eu estiver errada, peço-lhe que me corrija — que V.Exa. quis fazer, talvez, uma insinuação sobre a minha correção, do ponto de vista administrativo, quando me perguntou se eu respondia a algum processo. Quero dizer a V.Exa., Deputado, que não respondi a pergunta por querer esconder qualquer coisa. Não a respondi porque não gostaria de corroborar — talvez V.Exa. não o tenha feito propositadamente — com a insinuação de que haja qualquer desvio, do ponto de vista administrativo e legal, no processo desse certame. Aliás, ele estará aberto à impugnação, à vigilância e à fiscalização de qualquer cidadão, de qualquer cidadã, incluindo evidentemente V.Exas., que têm a prerrogativa de fazê-lo. Prerrogativa essa delegada pelos eleitores e pela nossa sociedade.

Agradeço-lhe enormemente. V.Exa. me pediu desculpas. Eu também lhe peço que me desculpe. Também sou muito veemente, pois acredito nas coisas que faço.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Parabéns, Ministra.

Quero agradecer a presença a todos os Deputados e Deputadas e principalmente à Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Sra. Nilcéa Freire.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

COM REDAÇÃO FINAL

Nome: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Número: 0180/10

Data: 17/03/2010

Aproveito para convocar os Deputados e Deputadas para a reunião ordinária da Comissão na próxima quarta-feira, dia 24 de março, às 9h30min, no Plenário 9.

Está encerrada a reunião.